



A EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFRN E O LIVRO CIENTÍFICO: LUGARES DE MEMÓRIA DO SABER ACADÊMICO

Francisca Sirleide Pereira, Bernardina Maria Juvenal Freire

RESUMO

Reflete o cenário editorial científico público, especificando a região Nordeste, com destaque para o pioneirismo da Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EDUFRN), como veículo de popularização da informação científica e tecnológica produzida pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Metodologicamente, adotou-se a abordagem quanti-qualitativa de caráter documental associada, ainda, às perspectivas da história oral, na pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PGCI/UFPB). O objetivo é (re)constituir parte das memórias da atividade editorial científica da editora no período de 1962 a 1992. Teoricamente, adota os conceitos de memória social de Halbwachs (2006) e de Nora (1993), dentre outros autores. O estudo aponta para a apropriação da editora universitária e o livro científico por ela publicado como “lugares de memória”.

Palavras-chave: Editora universitária. Informação. Popularização da ciência. Livro científico. Lugares de memória.

1 INTRODUÇÃO

Das três ações que constituem a finalidade de uma universidade – o ensino, a pesquisa e a extensão –, é a pesquisa que a torna uma produtora de conhecimento. A produção científica gerada nas instituições de ensino superior públicas somente cumprirá a função social se for disponibilizada à sociedade. Isso dar-se-á por meio de ações de divulgação, ou via a difusão da informação científica e tecnológica, essa última sendo a responsável pela “popularização” da ciência, conforme Albagli (1996, p. 397).

No seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/UFRN, 2010-2019, p. 3), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (UFRN) expressa claramente tal propósito, quando diz que sua missão, “[...] como instituição pública, é educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, comprometendo-se com a justiça social e a democracia e a cidadania”. Para cumpri-lo, a UFRN publica livros por meio de sua editora.

Criada há quase 50 anos, a Editora Universitária da UFRN (EDUFRN) realiza essa tradicional mediação da informação ininterruptamente, o que lhe rendeu catálogo editorial com mais de 500 títulos. No sentido jurídico de Abreu (2003, p. 30), trata-se de um patrimônio, na medida em que



“reúne um complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo mais que pertença a uma pessoa e ou empresa e seja susceptível de apreciação econômica”. Azevedo Netto e Freire (2007) refletem nessa direção e advertem: esse tipo de patrimônio também se alimenta de memórias.

Tal quadro e a ausência de estudos sobre essa histórica experiência editorial norte-rio-grandense nos ensejaram a pesquisa quali-quantitativa documental “Memórias da produção editorial científica da Editora Universitária da UFRN: 1962-1992”. Direccionamos um novo olhar sobre a editora e suas publicações científicas, no sentido de que ambos podem ser, na percepção de Nora (1993, p. 7), “lugares de memória”. Passamos a enxergá-los não apenas como suportes informacionais, mas, também, como “palácios” de memórias como nos fala Santo Agostinho (2008, p. 218), “[...] onde residem tesouros de imagens que podem vir à tona a partir de diversas percepções, desde que não tenham caído no esquecimento”.

Guiados por Halbwachs (2006, p. 22), para quem os velhos têm, dentre outras, a função de “guardiões do passado”, cremos que a Editora Universitária da UFRN, assim como os livros científicos por ela publicados, pode, também, guardar um passado editorial da comunidade acadêmica da UFRN. Aplicamos, então, o conceito de memória coletiva desse autor, tendo em vista estarmos reconstituindo lembranças de parte dos fatos ocorridos, mas não em sua totalidade ou como tais como aconteceram, e, também, por querermos partilhar as lembranças das memórias recolhidas por nós. Essa empreitada investigativa vem se revelando prazerosa e valiosa, principalmente por comungarmos da idéia de Thomson, Frisch e Hamilton (2000), que a memória é “uma dimensão da história”.

Ao desenvolvermos a pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), na linha Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação, adotamos o recorte temporal 1962-1992 por se tratar de um marco na atividade editorial potiguar, coincidindo com o desbravamento da atividade no cenário brasileiro. Ademais, trata-se de um período paradoxal para a nossa investigação, posto que o Brasil vivia sob um regime político que tolhia a liberdade de expressão, mas ‘permitiu’ a criação das primeiras editoras universitárias públicas. Por outro lado, delimitamos esse espaço na perspectiva de termos um contexto fixo para que encontremos as lembranças das memórias que rastreamos, como nos ensina Halbwachs (2006).

Na tentativa de desvendarmos essas e outras inquietações a respeito de nosso objeto de estudo, recorreremos aos registros e documentos referentes aos primeiros 30 anos de funcionamento da editora e aos testemunhos dos sujeitos históricos desse processo editorial. Apesar de estarmos apenas no começo, a ‘aventura’ já nos rendeu algumas descobertas. Iluminados por Nora (1993), passamos a tratar a editora e suas publicações científicas, “testemunhas” de escritos, na visão de Santo Agostinho (2008, p. 211), como “lugares de memória”.

2 A ATIVIDADE EDITORIAL ACADÊMICA

Quando o historiador inglês Burke (2003), um dos especialistas mundiais na obra de Gilberto



Freyre, conta que em 1550 um escritor italiano já reclamava de haver mais livros que tempo para lê-los, o Brasil contabilizava apenas 50 anos de descoberta. Talvez essa seja uma das explicações a respeito do surgimento tardio das editoras universitárias públicas no país. Essas, só apareceram no quadro nacional quatro séculos depois da descoberta do país, precisamente na metade do século XX.

Evidente, esse cenário editorial científico brasileiro compreende um período muito recente do país. Está intimamente associado à história nacional do livro, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, à difusão da informação científica e à organização do ensino superior brasileiro. Com exceção da produção livresca privada, que teve a primeira obra lançada em 1836, denominada *Questões sobre Presas Marítimas*, de José Maria de Avelar Barreto, publicada pela Gráfica de Costa Silveira, em São Paulo, todos esses fatos ocorreram após a segunda grande guerra mundial, no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubistchec.

Hallewell (2005) revela que, de 1860 a 1909, os livros práticos, técnicos, médicos e didáticos giravam em torno de ciência popular e história, agricultura, economia doméstica e etiqueta, incluindo os manuais. Tudo pelas mãos de editores estrangeiros que aportaram no Brasil.

Bem antes de as editoras universitárias de caráter público aparecerem, houve uma experiência editorial pública, singular no país, ainda ausente da maioria das narrativas historiográficas. José Simeão Leal, paraibano nascido no início do século XX, em Areia (PB), desbravou a prática de publicar autores nacionais por meio do serviço público, em meados de 1947, no Rio de Janeiro. Ao assumir o Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, Simeão Leal “transformou a antiga gráfica ministerial na editora oficial brasileira da política cultural” (FREIRE, 2009, p.132). Tratava-se de um local e de um espaço para publicar documentos históricos institucionais, e, também, obras literárias de autores renomados e daqueles ainda não revelados.

Por ocasião de sua pesquisa para a tese de doutorado, ao manusear o acervo de gravuras, fotografias, documentos históricos, publicações e registros sobre a vida pessoal desse médico, professor, adido cultural, produtor cultural, artista plástico e escultor, Freire (2009) descobriu que ele não foi só o primeiro editor público brasileiro que se tem notícia, mas, principalmente, “um defensor do acesso ao livro por meio de política pública” (FREIRE, 2009, p. 48).

Durante 19 anos à frente do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, Simeão cumpriu com o dever e a responsabilidade do Estado “por disponibilizar ao país e ao mundo uma produção editorial de qualidade”:

[...] o trabalho que ele desempenhou a frente do processo editorial reflete tanto um novo tipo de escrita, quanto a emergência de novas formas da dinâmica editorial, para valorizar um novo modo de produção literária, cujo processo de leitura se estabelecia desde o aspecto físico rigidamente moderno até o conteúdo das obras (FREIRE, 2009, p. 158).

No período em que Simeão Leal publicava o conhecimento e a cultura brasileiras com recursos públicos, surgiu em 1955, sob o manto da Universidade do Recife, a Gráfica Universitária. Conforme Rezende (2006, p. 14), a Gráfica Universitária do Recife estava voltada para as “necessidades



burocráticas acadêmicas” e a “difusão do saber”. Pode-se arriscar, então, que os estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco são vanguardas da atividade editorial pública científica, porque as respectivas gráficas estavam ‘vocacionadas’ para a edição de conteúdos provenientes do conhecimento científico ou cultural. No mesmo ano de sua criação, a Gráfica Universitária do Recife publicou as cinco primeiras obras com o seu selo, marco, até os dias atuais, de um catálogo editorial que brinda o leitor, até 2005¹, com 1.528 títulos.

Seguindo os passos dos editores públicos pernambucanos, em 1960 é criada a Editora da Universidade de Brasília. Logo depois, surge a Editora da Universidade de São Paulo e, em 1962, mais duas no Nordeste: a Imprensa Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, nos mesmos moldes da congênere pernambucana, com função de editora, e a da Universidade Federal da Paraíba. Assim, analisando os primórdios das editoras universitárias do país, vemos que das cinco primeiras, três são em estados do nordeste do Brasil.

Como se vê, a atividade editorial acadêmica recebeu, no Brasil, várias denominações, dentre elas “gráfica”, “serviço gráfico” e “imprensa universitária.” Muito depois, chegou ao que hoje conhecemos como editora universitária. Independente da denominação, uma editora universitária é estratégica para o desenvolvimento humano, uma vez que socializa informação, tornando-se essencial para a construção de conhecimento. Desde o nascedouro, as editoras universitárias são orientadas, conforme Albagli (1996), a popularizar ciência e a tecnologia, por meio do livro impresso. Ao interpretar Bufrem (2001), na sua obra *Editoras Universitárias do Brasil*, podemos caracterizar editora universitária como um órgão pertencente ou vinculado à um instituição de ensino superior (IES), responsável pela publicação de textos diversos, selecionados por um conselho ou comissão editorial, direcionados para a circulação de saberes e conhecimento.

2.1 Popularização da informação científica

A “revolução científica”, entre os séculos XVI e XVII, é apenas um dos fatores que ajudaram a Europa medieval a iniciar o modernismo. Tal momento histórico, marcado pelo humanismo, pelo renascimento, pela revolução comercial e pela ascensão da burguesia, favoreceu o desenvolvimento das ciências e técnicas. Porém, somente no século XX a ciência entra, de vez, para o cotidiano das pessoas e se torna estratégica como força produtiva e mercadoria. A II grande guerra mundial demarcou uma fase áurea para a ciência, e essa descobriu que precisava se expressar melhor para a sociedade.

Esse quadro internacional da ciência fez eco no Brasil. A seu modo, o país vivia suas transformações políticas, econômicas e sociais. O desenvolvimentismo nacional do governo JK, cunhado popularmente como “50 anos em cinco”, abriu as portas do país para a indústria automobilística e para a televisão. Em seguida, veio a reestruturação do ensino superior brasileiro, com a oferta de

¹ Dados do Catálogo de Publicações da Editora Universitária da UFPE – 1955-2005, lançado na ocasião das comemorações dos 50 anos da EDUFPE, em maio de 2006.



programas de pós-graduação, e a organização da ciência e tecnologia nacional, por meio de políticas públicas. Tudo isso implicava mais disponibilidade e acesso à informação. Começava, então, o ciclo de informar/popularizar a ciência e a tecnologia brasileiras.

A palavra informação é polissêmica, tem vários usos e funções, permeia diversos ambientes e se molda a infinitas aplicabilidades. Originária da latina *informare*, pode significar “dar forma”, “aparência”, “pôr em forma”, “formar”, “criar”, “representar”, “apresentar”, “criar uma ideia ou noção” ou, ainda, “a colocação de alguns elementos ou partes [...] em alguma forma, em algum sistema de classificado, [...] a classificação de alguma coisa” (ZEMAN, 1970, p. 156).

Termo ligado à matemática e à filosofia, informação expressa quantidade quando se apresenta na sua forma física ou biológica – é o caso dos diversos formatos de livros e volumes das tiragens – e, qualidade, porque as representações, ao ver de Zeman (1970), mediam mensagem que ao receberem sentidos atuam ou interferem no meio social, gerando valor e novas ressignificações. Targino (1999), por exemplo, faz questão de diferenciar informação de dados: “[...] só é informação o que reduz incertezas, o que conduz à compreensão”. Por isso, segundo a autora, o conhecimento depende dela:

[...] o conhecimento é um corpo sistemático de informações adquiridas e organizadas, que permite ao indivíduo compreender a natureza. É através da compreensão que o ser humano transmuta informação em conhecimento (TARGINO, 1999, p. 71-98).

Dentre os vários tipos de informação, Targino (1999) elenca a informação interna, a conversacional, a referência, a noticiosa e a cultural.

Interpretando Le Coadic (1996), informação científica é o registro de conhecimentos científicos e técnicos. Portanto, para circular a informação científica, é preciso, primeiro, registrar o conhecimento produzido, por meio de textos e ou produção acadêmica, como fazemos agora, com este artigo.

No caso do livro científico da EDUFERN, sua matéria-prima é a informação científica, considerada por Kuramoto (2006, p. 91) “[...] o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país”.

Diferente de registrar o conhecimento, transformando-o em informação, Targino (1999, p. 71-98) nos observa que comunicar é fazer circular informações, é intermediar ou intercambiar informações entre as pessoas. Daí porque no contexto nacional do fomento à ciência e à tecnologia e das instituições de ensino superior, publicar a produção científica, ou seja, o resultado de pesquisas, além de uma ação social ética, é, também, exigência das avaliações dos programas de pós-graduação. Aos olhos de Albagli (1996), publicação de livros científicos se enquadra nos conceitos de comunicação e de divulgação científica, pois ambos fazem difusão da ciência e da tecnologia. Difusão, entendida pela autora como “[...] qualquer processo de comunicação científica e tecnológica” (ALBAGLI, 1996, p. 397). A diferença de uma e outra forma de comunicar, explica Albagli (1996), está no público-alvo que se quer atingir.

Pelo exposto, inferimos que divulgar a ciência produzida no âmbito da Universidade Federal



do Rio Grande do Norte, por meio do livro científico da EDUFRN, é contribuir para mais acesso à informação científica e ampliar a participação popular nas decisões. Concluímos que não há informação suficiente se não houver mais meios de mediação e de acesso à informação. Popularizar esse tipo de informação, pelo livro, é permitir que a sociedade saiba mais sobre a ciência e a tecnologia.

2.2 EDUFRN: um canal público para a informação científica do RN

Prestes a completar 50 anos dedicados à publicação científica em território potiguar, a Editora Universitária da UFRN tem sido o principal canal para a circulação da informação científica do Rio Grande do Norte, com quase 500 títulos publicados até 2010². De 2008 em diante, vem modelando seu novo perfil, aproximando-o do que Habermas (1984) chama de forma elementar, “esfera pública”. Os editais para publicação acrescentam transparência ao seu planejamento editorial e potencializam a acessibilidade ao que faz. A presença da comunidade científica em discussões referentes aos autores e publicações complementa esse perfil de órgão público.

Nesse sentido, a ex-dirigente da congênera da Universidade Federal do Paraná, Bufrem (2001), é muito clara quando diz que uma editora universitária é importante não só para a comunidade de seu entorno, mas também para a circunvizinhança, porque registra, documenta e divulga conhecimentos úteis à transformação social.

[Elas podem viabilizar] edições experimentais, de forma rápida e econômica; [publicar] resultados de pesquisa e experiências de sala de aula, que devam chegar aos interessados, em tempo reduzido; [disponibilizar] a edição de trabalhos intelectuais, de modo a extrapolar os limites da universidade [...] [e] promover condições para o surgimento de novos autores, pela divulgação de seus trabalhos. Poderão favorecer o desenvolvimento da crítica e da avaliação contínua dos resultados das pesquisas, dentro e fora da universidade (BUFREM, 2001, p. 20).

Em sua fase histórica, delimitada nesse estudo como o intervalo entre 1962 e 1992, a EDUFRN conquistou um espaço próprio, capaz de abrigar a editora e a gráfica, ampliou o quadro funcional e adquiriu equipamentos. Entretanto, sempre dependeu, orçamentariamente, dos recursos do Gabinete da Reitoria e da Pró-reitoria de extensão para executar a política de publicação. Mesmo destinando parte da produção livresca para vendas, a receita está longe de cobrir os custos. Isso nos faz endossar Waters (2006, p. 11), experiente editor da Harvard University Press, com mais de 40 anos na atividade, quando afirma que, independente da nacionalidade e da instituição educacional a que pertençam, as editoras universitárias são conhecidas, universalmente, como “as mais pobres de todas as editoras”.

Ao circular a informação científica por meios de suas publicações, a Editora Universitária

2 Dados do setor de Reserva Técnica da Editora Universitária da UFRN (Natal, fev. 2011).



da UFRN contribui para mediar a informação científica e tecnológica para o público em geral. É o que Albagli (1996) chama de “popularizar” a ciência. Essa especificidade das editoras universitárias públicas faz com que parte do volume de informações científicas resultantes dos 1.252 projetos de pesquisa, 193 grupos de pesquisa e 74 cursos de pós-graduação da UFRN seja direcionada para a sua editora³ e alimente o ciclo da socialização dos saberes.

2.3 O livro científico da EDUFRN

A história da escrita é uma sucessão ininterrupta de desenvolvimento de símbolos baseados na representação gráfica e na linguagem. Sua evolução permitiu ao homem criar um marco para a cultura humana: o livro. Nos primórdios, feito em pedra e metal; depois em madeira, folhas de vegetais, ossos e peles de animal. À base de pele de carneiro, o chamado “pergaminho” foi decisivo para o surgimento do livro manuscrito, tendo a sua primeira edição no ano 301 (MARTINS, 1996).

Do ponto de vista do paradigma físico da Ciência da Informação de Capurro e Hjørland (2007), o livro é um objeto, uma unidade, um suporte que se apresenta sob formatos diferentes. Quadrado, retangular, arredondado, espiralado, ovalado; de papel, pano, plástico, couro ou outro material; de cor preta, branca ou colorido; pode ter milhares de páginas, mas nunca menos que 49. Se como objeto físico tem forma, também tem volume quantificado por tiragens. Por ocupar espaço, o livro passou a ser identificado universalmente pelo ISBN⁴, o que lhe permite ser comercializado, transacionado facilmente, como qualquer produto mercadológico.

O leitor pode notar que a estrutura física do livro impresso pouco mudou desde os primeiros volumes pós-prensa de Guttemberg, em meados de 1450. Continua, como bem observa Chartier (1998, p. 7), “composto de folhas dobradas várias vezes, sob a forma de cadernos, montados, costurados e protegidos por uma encadernação”. Entretanto, todo livro é um suporte ou meio de transportar informações. Está cheio de dados e informações apresentadas ou codificadas sob as mais variadas linguagens (palavras, numerais, códigos, figuras, ilustrações, fotografias etc.), capazes de fomentar significados.

Além desses elementos visuais, o livro é uma publicação constituída de um conteúdo informacional. Nesse aspecto, o livro científico da EDUFRN se diferencia dos demais porque, mesmo mantendo a aparência e o formato dos demais produtos editoriais, seu conteúdo é, essencialmente, informação científica. Trata-se de um diferencial determinante para essa classificação e faz do livro

3 Palestra da Profa. Dra. Maria Bernardete Cordeiro de Souza, Pró-Reitora de Pesquisa da UFRN. Relatório do I Seminário de Comunicação Científica e Institucional da UFRN, Natal, 2009.

4 O *International Standard Book Number* (ISBN) é um sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. Utilizado também para identificar *software*, seu sistema numérico é convertido em código de barras, o que elimina barreiras linguísticas e facilita a sua circulação e comercialização. O sistema ISBN é controlado pela Agência Internacional do ISBN, que orienta, coordena e delega poderes às Agências Nacionais designadas em cada país. A Agência Brasileira, com a função de atribuir o número de identificação aos livros editados no país, é, desde 1978, a Fundação Biblioteca Nacional, a representante oficial no Brasil. Disponível em: <www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN/Links>. Acesso em: 24 fev. 2011.



científico o principal produto das editoras universitárias públicas.

3 A EDUFERN E O LIVRO CIENTÍFICO: Lugares de memória

A atividade editorial e a mídia livro, enquanto mediador de informação, se inserem nos campos da Ciência da Comunicação (CC) e da Ciência da Informação (CI). Entretanto, diante dos objetivos que nos propomos nessa pesquisa e da interface e interdisciplinaridade desses campos do conhecimento, como reconhece Saracevic (1995), procuramos compreender o sentido memorialístico do livro científico da EDUFERN à luz da teoria da memória social na área da Ciência da Informação. Tal ciência, desde meados da década de 80 do século XX, vem se ocupando dos estudos sobre o fenômeno da informação na perspectiva da memória social.

Sabe-se que desde a antiguidade aristotélica a Santo Agostinho, considerado o “último [pensador] dos antigos” e o “primeiro dos “modernos”, os estudos sobre a memória sempre existiram. Mesmo assim, essa área ainda é um mistério pouco desvendado. Do início do século XIX até a contemporaneidade, o assunto tornou-se um desafio para a ciência moderna. Conhecer os caminhos da memória e desvendar as causas de sua permanência ou desaparecimento mobiliza quem investiga as relações sociais com a memória, como Bergson (2010), Halbwachs (2006), Le Golf (1996), Ricoeur (2007) e outros. Le Goff (1996), por exemplo, reconhece que conceituar memória não é tarefa fácil, visto que ela conserva certas informações, mobiliza funções psíquicas e atualiza informações presentes e/ou passadas. Ricoeur (2007, p. 26) prefere reportar-se ao pensamento aristotélico para defini-la, sucintamente: “A memória é passado”.

Ao elaborar uma teoria da memória, Bergson (2010, p. 1-5) a vê como uma relação entre matéria e espírito, uma vez que considera matéria “[...] um conjunto de imagens”; e imagem, para o autor, é “mais que representação e menos que uma coisa”. O mesmo autor compreende memória como uma existência entre a “coisa” e a sua “representação”. Para simplificar o entendimento sobre o assunto, recorreremos a Oliveira e Rodrigues (2009, p. 3), que dizem: “memória é a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes registros [...] graças a um conjunto de funções psíquicas”. Parte dos autores referenda dois tipos de memória: a individual e a coletiva. Maurice Halbwachs (2006, p. 3), estudiosos desse assunto, distingue-a em “memória interior ou interna” (pessoal / individual), que ele chama, ainda, de “autobiográfica” e “memória exterior”, “externa” ou “social”, que ele denomina, também, de “memória histórica.” Para o autor, entre essas duas surgem as demais memórias. Todavia, à medida que as pesquisas sobre o assunto evoluem nas ciências sociais, novas formas de memórias vão se revelando, conforme Azevedo Netto (2009, p. 6), e a adjetivação sendo ampliada para “memória espontânea”, “documental”, “virtual” “digital” e outras.

Em se tratando do nosso objeto de estudo, raramente olhamos para o livro ou o enxergamos como um suporte ou portador de memórias. Muito menos fazemos o mesmo em relação a uma editora. Aliás, vislumbrá-la enquanto guardiã de memória é algo ainda “estranho.” Historicamente, acostumamo-nos a olhar, folhear, observar e até admirar o livro apenas como um objeto em nossas vidas, um mediador de histórias, um suporte de informação. Não faz parte do cotidiano das pessoas associarem informação à memória.



Ao estudar esse objeto produzido pela Editora Universitária da UFRN, na tentativa de suscitar as memórias ali abrigadas, indagamos aos que vivenciaram os primeiros anos da editora, batemos em várias portas, cruzamos salas, conversamos com servidores, remexemos caixas empoeiradas e vasculhamos prateleiras de arquivos. Buscamos identificar rótulos, numerações de caixas antigas, pastas de arquivos e outros sinais ilegíveis. Nesses suportes, objetos e portadores de memórias individuais, em que evocamos lembranças e rastreamos documentos memorialísticos, muitos se encontram no estado em que Bodei (2004, p. 36) chama de “sinais desbotados e indecifráveis” de memórias.

Desde o início de nossa pesquisa na Editora Universitária da UFRN, percebemos uma riqueza do mundo simbólico, como o mito, a língua, a arte e a ciência, que fazem do livro científico publicado pela EDUFRN, além de suporte de mediação da informação, um instrumento, segundo Bourdieu (2010, p. 10), “de conhecimento e de construção do mundo, dos objetos.”

Tomando, por exemplo, apenas um levantamento de datas de impressão, locais e quantidade de páginas e autores, teremos, então, um conjunto de construções culturais provenientes de informações que poderão gerar novos conhecimentos. Se, ao final de nossa pesquisa, tivermos dados relativos aos formatos, ao uso de cores nas capas e às técnicas de criação, editoração e impressão, estaremos construindo novos conhecimentos a respeito desses aspectos. O mesmo ocorre com o conteúdo informacional impresso, o qual expressa um conhecimento único, construído pelo autor.

Entendendo o livro científico da EDUFRN como uma construção cultural humana, que abarca, em si, índices de sua própria história, poderemos almejá-lo, também, como um artefato de memória. Burke (1992, p. 170) nos ajuda nesse raciocínio ao afirmar que em sua forma física o livro já é um objeto com um discurso “estável” e “evidente”; Nora (1993, p. 9) ratifica esse pensamento porque acredita que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

Ao elaborarmos esse pensamento, inferimos que os elementos pré-textuais e textuais, e até mesmo o próprio suporte (objeto físico livro), podem assumir o papel de registros da atividade editorial científica de uma época, da evolução dos processos gráficos, porque o que o homem faz ou deixa de fazer depois que aprendeu a registrar os fenômenos culturais, vira vestígios de memória. A depender do tratamento dispensado, tanto as inscrições como a palavra escrita e impressa, a imagem e o depoimento gravado se tornarão documentos históricos. Da forma como Frago (2009, p. 17) entende, passam a ser “registros de memória que fazem a história”. Enxergamos, assim, que cada exemplar da EDUFRN guarda um presente-passado do que já foi publicado e que o passado, ao ser reconstituído por meio das lembranças, das informações e dos registros, passará a ter, novamente, o que Santo Agostinho (2008, p. 273) considera “tempo presente”. Dar-se-á, portanto, um novo sentido ao que um dia foi a Editora, ao que esse órgão público já fez desde o princípio de sua história. As suas obras publicadas ganharão, igualmente, um “novo” tempo presente, um valor até então desconhecido.

Pela primeira vez, o catálogo da EDUFRN, com mais de meio milhão de títulos, até então de valor econômico inestimável, passou a ter relevância patrimonial, também, uma vez que reúne muitas



das condições levantadas por Abreu (2003, p. 30) para a identificação de um patrimônio. O catálogo editorial, passou a ser identificado como um patrimônio cultural da UFRN, pois Azevedo Netto e Freire (2007), sinalizam que esse tipo de patrimônio realimenta-se de memórias.

Além de suporte informacional e meio de divulgação para a popularização da informação científica, e de patrimônio cultural, as obras da EDUFRN, assim como a própria editora, também são, na perspectiva de Nora (1993, p. 7), “lugares de memória,” igualmente são as bibliotecas, os museus, os arquivos e os monumentos e outros sentidos também simbólicos. Os objetos mais simbólicos de nossa memória se transformam em “restos” que habitam esses lugares, justifica o autor. Logo, o que sobrou de exemplares daquilo outrora publicado pela EDUFRN, nos seus primeiros 30 anos, assim como a própria estrutura organização editorial, com seus documentos, fichários, arquivos, manuais de procedimentos e processos, são, para a nossa pesquisa, “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7).

Tudo isso faz sentido se considerarmos que não temos, no presente, revelações do que foi essa experiência; se não sabemos como aconteceram os fatos nos primórdios da editora, exceto que se chamou, inicialmente, Imprensa Universitária e alguns nomes de pessoas que trabalharam nessa experiência. Entretanto, como essa vivência passou, porque foi real, mas encontra-se, apenas, na memória de cada um das pessoas, dos objetos e dos lugares, estamos recorrendo a eles para trazê-la à tona por meio de lembranças e registros.

Nora (1993, p. 8) verbaliza que “[...] se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares”. Por isso, precisamos viajar no tempo, voltar a esses “lugares” que guardam o passado da EDUFRN, para sabermos, pelo menos, parte do que ela já foi. Procurando os “restos” de suas memórias em documentos rasurados, desaparecidos, obras antigas, quase destruídas, teremos uma ideia do ocorrido. Estamos fustigando os “rastros” que Bodei (2004, p.36) visualiza-os como “sinais desbotados e indecifráveis” de memória, em documentos legíveis e vozes ainda não “silenciadas.”

Assim, perseguindo “rastros” e procurando “resquícios” de memórias, chegaremos mais próximos de parte dos acontecimentos do tempo em que essa já foi, um dia, denominada de Imprensa Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade editorial científica pública é algo recente no país. Tem pouco mais que meio século e, no princípio, as editoras universitárias públicas sofreram dificuldades de identificação, principalmente para se autorreconhecerem enquanto estruturas da esfera pública. Publicar o conhecimento produzido nas instituições de ensino superior é uma demanda de quem faz ciência e tecnologia, realiza pesquisa e tarefa das editoras universitárias. Aliás, esse é o conteúdo do livro científico. Entretanto, trata-se de um elemento subjetivo na constituição do livro, já que há de se transformar o conhecimento em informação para fazê-la circular para os mais diferentes públicos e leitores.



A Editora Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN - apesar de seus quase 50 anos de serviços ininterruptos nessa área, de um catálogo editorial com mais de 500 títulos e de ser um marco da atividade editorial acadêmica pública norte-rio-grandense, ainda tem sua história desconhecida dos públicos interno e externo à instituição.

Parte de suas memórias está relegada ao esquecimento, pois os documentos históricos e artefatos memorialísticos da EDUFRN não recebem tratamento adequado. Isso corrobora Bodei (2004, p. 45-46), quando ele afirma que essa atitude não é, apenas, um dano ou amnésia do passado, mas, também, “formas capilares e quase invisíveis de doutrinação e de imposição de escalas de valor”.

As obras pioneiras, os primeiros autores científicos publicados, os títulos de sucesso ou seus fundadores, por exemplo, encontram-se, apenas, nos vestígios de memórias, como documentos históricos em má conservação, nas vagas lembranças dos que viveram a fundação da editora e no esquecimento da maioria daqueles que sobrevivem na atividade.

Estamos convictos de que essa reconstituição de parte das memórias referentes aos 30 primeiros anos da EDUFRN nos leva a uma longa viagem no tempo, trazendo-nos informações acompanhadas de sensações novas. Tocarmos, por exemplo, em obras esquecidas, folhearmos algumas do início dessa história e ouvirmos depoimentos emocionados trazem-nos a fugaz certeza de termos, por alguns momentos, em nossas mãos, um longínquo passado que começa a se descortinar, sorrateiramente. Revelam-se nesse tempo presente como se ainda dele fizessem parte. São imagens que parecem estar entre nós, nesse mundo editorial atual, em corpo, alma e espírito.

Que publicações são essas que a maioria não lembra? Tratam sobre o quê? Que formato têm? Quem são os autores? Que obras têm, pelo menos, um exemplar arquivado? Essas são algumas das perguntas que movem o nosso esforço e que fazem o passado sair do esconderijo para refletir e iluminar o presente. Entretanto, as respostas só serão possíveis ao final do trabalho, quando tudo que nos for possível e acessível, enquanto prova documental e testemunho, for investigado, interpretado, desvendado, revelado.

Remexer as memórias da EDUFRN é seguir rastros, descobrir chaves, escancarar portas, cruzar soleiras, abrir gavetas, “cascavilhar” prateleiras, levantar tampas de baús, sacudir poeira. É deparar-se com papéis fragilizados pela ação do tempo, lustrar artefatos, lê, relê, tentar entender, interpretar, ressignificar o que nem muito claro se anuncia. É reinterpretar objetos amorfos como se lhes tivéssemos devolvendo a vida e, assim, reconstruindo a esperança de que novas imagens, lembranças, informações e memórias cheguem ao “tempo presente”. Pesquisar a EDUFRN é fazer revelações nem sempre fáceis, nem sempre bem-vindas, mas necessárias para a história.

Como crê Certeau (1990, p. 251), “a escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar”. Por isso, reinterpretar esse passado da EDUFRN, à luz de Santo Agostinho, Nora, Halbwachs e outros autores, dando-lhe novos significados, sinaliza-nos que a editora e os livros científicos por ela publicados são, de fato, “lugares” de memória.



ABSTRACT

It concerns about the public scientific publishing scenario, detaching the northeast region. It relates the publisher pioneering of the universitarian publishing company in the potiguar teeritory), popularizing the scientific and technological information produced by the UFRN. It presents part of the documental quali-quantitative research of oral history, in development in the Pos-graduating Program in Science of the Information in the University of Paraíba - PGCI/UFPB, that hás the goal of reconstruct part of the memories of the editorial scientific activity of the publisher company, in the period between 1962-1992. It applies the concepts of Halbwachs (2006) and Nora memories (1993), among others authors. It approaches the publishing company and the scientific book published by it as “places of memories”.

Key-Words: Universitarian publisher company. Information. Popularization of science. Scientific Book EDUFRN. Places of memories.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**. Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier; FREIRE, Bernardina Maria Juvenal de Oliveira. Artefato como elemento da história e identidade. In: FECHINE, Ingrid; SEVERO, Ione (Org.). **Cultura Popular: nas teias da memória**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BODEI, Remo. **Livro da memória e da esperança**. Bauru: EDUSC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil**: uma crítica para a reformulação da prática. São Paulo: Edusp: Com-Arte; Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BURKE, Peter. **A escrita da historia**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.



CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

EDITORA UNIVERSITÁRIA DA UFRN. **Apresentação da Editora**. 2011. Disponível em: <www.editora.ufrn.br>. Acesso em: 20 jan. 2011.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-memória**: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras – PPGCI/UFPB, João Pessoa, 2009.

FREIRE, Bernardina Maria Juvenal de Oliveira. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória. 2009. 2 v. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

_____. ISBN. **Fundação Biblioteca Nacional**. Disponível em: www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN/Links. Acesso em: 24 fev. 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLEWELL, Lourence. **O livro no Brasil**: sua história. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Editora da USP, 2005.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, maio/ago. 2006.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Brinquet de Lemos/Livros, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khouri. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo: PUC, n. 10, dez., 1993.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. **As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil**: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica. São Paulo: IX ENANCIB, 2009.

PEREIRA, F. S. **Relatório do I Seminário de Comunicação Científica e Institucional da UFRN**. Natal, 2009.

_____. PDI/UFRN, 2010-2019. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, 2010.



REZENDE, Antônio Paulo; DENIS, Antônio de Mendonça Bernardes; ARAÚJO, Gilda Maria Lins de. **EDUFPE 50 ANOS: históricas e perspectivas**. Recife: Editora da UFPE, Coleção Vozes da UFPE, 2006. v. 4.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTO AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SCHMIDT, Susana. Catálogo de Publicações da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco: 1955-2005. Recife: EDUFPE, 2006.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão. **Comunicação e Sociedade**, São Bernardo do Campo, n. 31, p. 71-98, 1º semestre 1999.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

WATERS, LINDSAY. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

ZEMAN, Jirí. Significado filosófico da noção de informação. In: SANTILLANA, Georgio de *et al.* **O conceito de informação na ciência contemporânea: colóquios filosóficos de Royaumont**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.